

A PRÁTICA SOCIAL DA LEITURA E A OBRA LITERÁRIA

Mestranda Josuelene da Silva Souza (UEFS/CAPES)¹
Orientador: Prof^o. Dr^o. Rubens Edson Alves Pereira (UEFS)²

RESUMO: Objetivo deste artigo é discutir a formação do leitor a partir de uma abordagem histórica e sociológica do processo de seu desenvolvimento, as formas limitadas de leitura praticadas durante os séculos XVIII e o XIX. Primeiramente, iremos fazer uma discussão geral sobre a formação do leitor, começando pelas Revoluções europeias, que foram fatores relevantes para a expansão da leitura e para a formação de um novo tipo de leitor, com características diferentes do leitor do século XVI e XVII, tanto a francesa como a inglesa. Destacará a importância da revolução da imprensa com a inovação de Gutemberg, fator determinante na expansão da publicação de livro no mundo e, sucessivamente, para um novo perfil de leitor e o surgimento de novas práticas de leituras. Ainda levará em consideração os romances que despertaram o interesse do leitor durante o século XIX em alguns países da Europa, como por exemplo, França, Inglaterra, Espanha e no Brasil. Para construirmos este trabalho, valeremos dos estudos de Antonio Candido; José Verissimo; Jorge de Souza Araújo, Marisa Lajolo e Regina Zilberman; Roger Chartier e Márcia Abreu e Ian Watt dentre outros.

Palavras-chave: Formação do leitor. Práticas de leitura. Novos leitores. Romances.

1 Introdução

O público leitor, enquanto instância social e histórica, se expandiu por volta do século XVIII e início do século XIX, na Europa, com a invenção e o aperfeiçoamento da imprensa escrita, a qual possibilitou o crescimento do mercado do livro. Marisa Lajolo e Regina Zilberman em *A formação da leitura no Brasil* (1996) iniciam suas análises nos explicando o desenvolvimento do leitor e sua expansão nos países europeus entre os meados do século XVII, XVIII e XIX. De acordo com as pesquisadoras, a

¹ Josuelene, SOUZA. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Email: josuelenesouza@yahoo.com.br

² Rubens, PERREIRA. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Email: rubensreap@yahoo.com.br

expansão do público leitor no continente europeu em pleno século XVIII estava associada à “alfabetização em massa das populações urbanas, à valorização da família e da privacidade doméstica e à emergência da ideia de lazer” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p.14). As autoras expõem ainda, outros fatores que contribuíram para o crescimento da leitura e conseqüentemente o público leitor. Entre eles, a Revolução Francesa (1789/1799) e o Iluminismo (1790/1800). Ambas propuseram mudanças sociais, políticas e culturais.

As revoluções europeias contribuíram para o fortalecimento da leitura com a expansão dos ideais revolucionários, impressos em formados de textos, de livros, de panfletos e de libelos que agrediam e acusavam a aristocracia, a corte e o todo conjunto absolutista. Com o advento do iluminismo e a mudança do absolutismo para o liberalismo, os leitores conseguiam ter uma visão mais crítica dos acontecimentos. O historiador francês Roger Chartier, em seu livro *Origens Culturais da Revolução Francesa*, expõe que “teria ocorrido uma disseminação de ideias oriundas das classes refinadas para o povo e também no sentido geográfico, de Paris para as demais cidades” (CHARTIER, 2009, p. 26). Segundo ele, a importância da opinião pública para a Revolução Francesa foi a liderança política que surgiu de um público esclarecido e integrado.

Em *Cultura Escrita, Literatura e História*, Roger Chartier considera que na história entre o Iluminismo e a Revolução Francesa as ideias filosóficas foram “transformadas em textos, e os textos transformados em livros” (CHARTIER, 2001, p.107), impondo os seus conteúdos críticos “aos sistemas de representações de leitores”. Os livros filosóficos lidos em voz alta nos salões, cafés, permitiam as discussões e as reflexões contra o Regime Absolutista, sem o controle governamental francês, uma vez que, a censura reinol estava preocupada com as ideias revolucionárias impressas, vistos como perigosas. A leitura em voz alta desses livros foi grande contribuidora na expansão dos ideais das revoluções. Os textos em formato de livro levaram aos vários leitores da época, esclarecidos ou não “as ideias revolucionárias, a uma ruptura decisiva com o Antigo Regime” (CHARTIER, 2001, p.107).

Ao discutir o *Iluminismo e Revolução, Revolução e Iluminismo*, Roger Chartier nos explica que o termo ideias filosóficas foi substituído por livros filosóficos. Essa

substituição foi deslocada pelo historiador americano, Robert Darnton ao pesquisar o crescimento da leitura na França. Ele notou que os livros filosóficos eram compostos de um *corpus* diferentes das ideias filosóficas. Conforme Roger Chartier, a expressão livros filosóficos na biblioteca do século XVIII, equivalia a um *corpus* heterogêneo que não consistia somente nas obras de Montesquieu, Jean Jacques Rousseau, Voltaire, Diderot, La Fontaine. Incluía também as obras pornográficas, antigas ou novas e toda a produção de libelos, panfletos e crônicas escandalosas, agrediam e delatavam a aristocracia, a corte, a rainha e o rei.

Roger Chartier problematiza que, “os livros filosóficos impuseram uma visão crítica ou denunciadora da corrupção, seja da monarquia despótica ou da corte depravada, mas caracterizar uma leitura que tinha uma nova forma de relação com os textos, qualquer que fosse seu conteúdo” (2001, p.108). Em relação ao deslocamento do termo ideias filosóficas para livros filosóficos. Segundo Roger Chartier (2001), na França e nos demais países europeus no século XVIII à leitura apresentou diferentes formas. Desde a leitura oral até a impressa. A prática de leitura era muito intensa que alguns livros filosóficos, considerados na época clandestinos, ou seja, desfavoráveis aos bons costumes e a moral religiosa, eram proibidos pela inspeção reinol. Entretanto, mesmo assim, eles circulavam clandestinamente entre à população. De acordo com G. Cavallo e Roger Chartier: “A leitura começa a se popularizar com leituras de cordel, textos clandestinos, os textos de venda ambulante fomentam o crescimento da produção de livros e a proliferação de livrarias, que são responsáveis por uma mudança de mentalidade na Europa” (CAVALLO & CHARTIER, 1997, p.102).

2 Livros proibidos, leituras perigosas

A clandestinidade e a proibição de livros são estudadas por Robert Darnton na obra, *Edição e Sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. Segundo o historiador, para burlarem a inspeção reinol, os livreiros, os editores e os vendedores empregavam o termo livros filosóficos ou casavam um livro com outro, isto é, entremeava “uma obra com folhas de outra. Como são enviadas quase sempre soltas, pode-se esconder os livros ‘maus’ no interior dos ‘bons’ (DARNTON, 1992, p.34). A

impressão dos livros clandestinos estava associada a procura desses pelo público leitor. Conforme Robert Darnton, (1992), a demanda literária era variável e incerta. Havia algumas obras mais procuradas e mais vendidas. No topo da lista, ficava as *Confissões* de Rousseau. Quanto mais os leitores procuravam pelos livros proibidos, mais eram impressos no mercado clandestino.

Em relação à técnica de reprodução de textos, primeiramente foi iniciada por Gutemberg que em 1450 aprimorou uma prensa de impressão, o que facilitou a rapidez e agilidade na impressão e no barateamento do livro, possibilitou o acesso do leitor com vários livros. Antes dessa inovação, os livros eram reproduzidos de forma artesanal e manuscrito, mas o formato do livro impresso permaneceu o mesmo do manuscrito. O livro manuscrito era muito caro, devido ao grande trabalho repetitivo, exigindo um esforço maior e mão-de-obra para fazer os exemplares, dificultando a circulação do livro.

Foi no século XVIII que os editores passaram a investir no livro impresso em grande quantidade, com o fim de atingir mais leitores, visando mais lucros. Essa atitude comercial fez com que o preço do livro ficasse mais acessível aos diversos leitores (funcionários administrativos, comerciantes e os membros do clero), ampliando, assim, o número de cópias de um mesmo livro. Com a propagação do livro houve um crescimento na porcentagem de leitores, embora, ainda em pequena proporção. Novos grupos de leitores emergem para os novos livros. Além do mais, surgem as livrarias, os clubes livreiros, gabinetes de leitura e as bibliotecas privadas como espaços de leitura.

As bibliotecas públicas são vistas por Roger Chartier e Cavallo (1998) como espaços de leitura formadores de um pequeno número de leitores. De acordo com eles, houve uma criação de bibliotecas eruditas, como espaço para leitores das classes elevadas. Ao estudar também as bibliotecas privadas e suas funções entre os séculos XV e XVIII, Roger Chartier (2003) diz que as bibliotecas privadas eram apenas espaços de conservação de livros e de textos. Nessas épocas, ter muitos livros no lar era sinônimo de *status* social ou intelectual. Muitos proprietários de biblioteca faziam suas próprias coleções de livros, possibilitando a entrada de diversos livros: religiosos, filosóficos, retórica, cordel, romance. Em consequência disso, houve uma apropriação de livros por parte de um leitor mais seletivo que atribuiu à leitura de romance, como uma forma de lazer.

Segundo Ian Watt, por volta do final do século XVIII, James Lackington “escreveu que ao distribuir panfletos religiosos” descobriu “que alguns lavradores e seus filhos e também três quartas partes dos pobres não sabiam ler” e havia “indícios suficientes para concluir que no campo muitos pequenos agricultores, suas famílias e a maioria dos lavradores eram analfabetos e mesmo nas cidades alguns pobres – sobretudo soldados, marinheiros e o populacho das ruas – não sabiam ler” (WATT, 1990, p.36). A leitura ainda estava distante de atingir todas as classes sociais, uma vez que nas classes populares, permanecia o analfabetismo. Em 1723, Bernard Mandeville dizia que “ler, escrever, contar são [...] muito perniciosos aos pobres [...]. Homens que devem permanecer e terminar seus dias numa árdua, fatigante e dolorosa quadra da vida, quanto antes a ela se acostumarem, mas pacientemente a suportarão” (*Apud* ABREU, 1999, p.13).

Ian Watt expõe outros fatores que impediram que os trabalhadores tivessem acesso à leitura. Um deles é o fato de que as pessoas de classes populares tinham que priorizar o trabalho braçal para o seu sustento, colocando os estudos em segundo plano. Com isso, atrasavam a aprendizagem de ler e de escrever. A ausência de instrução escolar, como também a falta de dinheiro para comprarem livros, pois o preço não condizia com o que ganhavam, dificultaram assim, o ingresso da classe popular ao mundo da leitura formalizada. Ian Watt faz outra observação de que no campo ou na cidade muitos não tinham luz em suas residências, o que impediu uma maior expansão da leitura na zona urbana e rural da França e Inglaterra.

Roger Chartier em seu livro, *A ordem dos livros* (1994), nos apresenta uma ótica um pouco diferente de Ian Watt em relação ao crescimento do leitor no século XVIII na França e Inglaterra. Na concepção do historiador, mesmo com os problemas de ordens sociais, políticas e econômicas, houve um aumento significativo na ampliação do leitor do século XVIII nas cidades. Novos leitores buscavam comprar cada vez mais livros que variavam de preços. A partir disso, a leitura inova-se com um novo estilo de leitura, observada na Inglaterra, França e Alemanha. A leitura extensiva ocorreu com o deslocamento da leitura intensiva, afastando o leitor intensivo dos textos sagrados. Entretanto, mesmo com o novo estilo de leitura, a intensiva, permanente de vários séculos, não desapareceu. O leitor intensivo é caracterizado por fazer uma leitura de

“textos religiosos e em primeiro lugar a Bíblia, em países protestantes, são os alimentos privilegiados dessa leitura fortemente impregnada de sacralidade e autoridade” (CHARTIER, 1994, p.100).

Os textos limitados deveriam ser lidos e relidos, memorizados para depois serem recitados e transmitidos para um público religioso. Enquanto que esse leitor sofria limitações de textos, o leitor extensivo lia textos diversificados e numerosos, representando uma inovação qualitativa na forma de ler, pois praticava a leitura silenciosa e individual. Ao praticá-la o leitor extensivo estabelecia uma “relação íntima, secreta e mais livre [...] com o livro, tornando mais ágil a leitura [...]” (CHARTIER, 1994, p.100). Roger chartier nos afirma que, o leitor extensivo é um consumidor de livros impressos de vários gêneros. Roger Chartier nos dar como exemplo de leitor extensivo na época, os letrados humanistas que acumulavam suas leituras para comporem seus cadernos (métodos e filosofias). A fúria de ler estava associada à vontade do leitor em ler todos os tipos de textos ou livros, incluindo os romances de sucesso. A fúria de ler foi vista, na época, como um perigo para a ordem política e para o distanciamento dos cristãos das igrejas, pois a leitura de textos não eruditos, principalmente leitura de romances, era considera perigosa para a moral e para o espírito dos leitores.

No novo contexto social francês, alemão e inglês, a leitura intensiva não se restringiu somente aos textos religiosos. Em *Formas e sentido cultura escrita: entre distinção e apropriação*, o historiador francês explica que foi no momento da revolução da leitura “com Rousseau, Goethe ou Richardson, se desencadeia a mais ‘intensiva das leituras’, aquela por meio da qual o romance conquista o seu leitor, o prende e o governa como antes fazia o texto religioso. Aliás, para os mais numerosos e os mais humildes leitores [...]” (CHARTIER, 2003, p.37)³. Roger Chartier continua explanando que a leitura em voz alta das obras literárias de Rousseau, Goethe, Richardson, Cervantes na Espanha e de outros escritores, dos contos populares e da literatura de

³Para essa explicação Roger Chartier se utiliza das pesquisas do historiador americano Robert Darnton, publicadas no livro: **Readers respond to Rousseau: The Fabrication of Romantic Sensitivity**, 1984. Roger Chariter sempre recorre e cita as pesquisa do historiador americano para explicar a história do leitor e todo contexto social europeu que influenciou a formação do leitor e o surgimento de novas práticas de leitura. O que se nota é uma reciprocidade entre as pesquisas de ambos os estudiosos.

cordel era necessária para alcançar um maior número de público, já que muitos não sabiam ler e uma parcela dos que sabiam não tinha condições econômicas de comprar livros. Para Roger Chartier (1990) os livros de Rousseau, os de Goethe, os de Richardson e os de Cervantes e tantos outros, eram lidos em silêncio e também em voz alta, capítulo por capítulo, para plateias de ouvinte. Dessa forma, a maneira mais rápida e eficaz era a leitura pública dos textos para que os ouvintes pudessem memorizá-los e recitá-los, tornando-os mais conhecidos e reconhecidos.

Regina Zilberman e Marisa Lajolo (1996) dizem que com o aperfeiçoamento da imprensa, a reprodução de textos impressos deixou de ser uma atividade artesanal para se tornar um comércio tipográfico em expansão, conforme os padrões capitalistas para obter cada vez mais lucros. Com ampliação da produção tipográfica, das livrarias e das bibliotecas circulantes a tendência era buscar cada vez mais consumidores de livros. Conforme Regina Zilberman (2001). No ambiente de aperfeiçoamento do livro como produto de consumo, as gráficas e as editoras e as livrarias precisavam contar com mais clientes capazes de consumir a literatura transformada em mercadoria. Na segunda metade do século XVIII e início do século XIX os livros se propagaram a todas as classes sociais, fazendo com que o número de leitores crescesse, desde as cidades até as zonas rurais dos países europeus. Na zona rural à leitura se fortaleceu através dos contos populares e da literatura de cordel “aos modos tradicionais de narrar, de tipo oral, fundados na experiência vivida, de sentido comunitário e enraizados no meio rural [...]” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p.16). A leitura oral de contos e de literatura de cordel foi transportada “para o meio urbano e para o universo da família burguesa” (ibidem). No ambiente burguês essa prática de leitura passou por transformações, devido ao poder de instrução que o leitor burguês adquiriu com as transformações políticas, socioeconômicas e educacionais na Inglaterra, na França e em outros países.

A pesquisadora ainda explica que o comércio de livros, necessitava de pessoas que dominassem “a habilidade de ler, o que adveio do fortalecimento da escola e da obrigatoriedade do ensino” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p.14). Outro fator de suma importância para a expansão da leitura como prática social foi um novo modelo de família, baseado nos padrões ideológicos da burguesia ascendente do final do XVIII e início do século XIX nos países europeus. A família burguesa passou a apresentar

“laços internos sólidos, sustentados pela ideologia familista, que mitifica a maternidade, destaca o amor filial, invoca deveres entre pais e filhos e sublinha o afeto entre seus membros” (idem, p.15), valorizando a vida doméstica como espaço privado. Esse modelo moderno de família fortaleceu o prazer pela leitura como passatempo.

A leitura passou a ser uma atitude individual ou em grupo, silenciosa ou em voz alta, adaptando-se ao hábito familiar burguês. O historiador francês acredita que “os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas, outras se extinguem” (CHARTIER, 1999, p.77). O gosto do leitor passou a ser laico, distanciando cada vez mais de textos religiosos. O leitor passou a se interessar por texto de “informação substancial que apresentava uma miscelânea de assuntos, que iam desde receitas culinárias até charadas” (WATT, 1990, p.48). A partir de então, instituiu-se uma nova atitude de leitura, caracterizada por uma nova relação do leitor com os textos de diferentes conteúdos. Com o fortalecimento da leitura e de sua propagação, os livros, principalmente os romances passaram a ser visto como um objeto de lazer por representarem uma das formas mais baratas e fáceis de entretenimento entre as todas as classes

As bibliotecas circulantes facilitaram o acesso de leitores de romances das camadas sociais baixa, incluindo os lavradores, as criadas, o açougueiro, o padeiro, o letreiro, comerciantes e os demais trabalhadores. Ian Watt ao pesquisar os efeitos das mudanças na literatura, nos chama atenção pelo fato de que no século XVIII, sobretudo em Londres, não se deveria esperar nenhuma manifestação formidável dos gostos e aptidões da classe média, pois de qualquer forma o leitor dessa classe mantinha uma posição predominante antes desse século. No entanto, os leitores das camadas inferiores passaram a interessar também pela literatura de ficção, fazendo com que houvesse uma mudança em seus gostos de leitura. O romance passou a ser um produto de lazer, devido ao fato de

a literatura do século XVIII se dirige a um público mais amplo deve ter diminuído a relativa importância daqueles leitores que dispunham de instrução e tempo ociosos suficientes para se interessar, profissional ou semiprofissionalmente, pelas letras clássicas e modernas; e em contrapartida deve ter aumentando a importância relativas daqueles que desejavam uma forma mais fácil de

entretimento literário, ainda que gozasse de menor prestígio entre os intelectuais (WATT, 1990, p.45).

Na época ocorreu uma busca da leitura para o prazer e distração, proporcionados pela ficção. O romance ganhou um número maior de leitores, pois ele fazia parte da vida cotidiana de vários leitores, sejam eles: intelectuais, cultos ou não. O romance foi visto como um meio de entretenimento para preencher a ociosidade dos leitores, mas ao longo dos séculos ampliou o leitor de ficção, já que ele chegava aos leitores através de vários formatos, com brochuras baratas e caras. Entende-se que, o aparecimento da literatura de entretenimento, desde romances e jornais, incluindo os periódicos, resultou na ampliação da leitura e dos diversos leitores. Esses textos caíram tanto no gosto de leitores cultos quanto os de leitores menos instruídos. Ian Watt destaca que “as duas novas formas de literatura, o jornal e o romance” estimulavam “um tipo de hábito de leitura rápida, desatenta, quase inconsciente” (1990, p.45). Ou seja, esse tipo de leitura era uma distração e divertimento para os leitores de jornais e de romances.

Antes dessa inovação impressa, o gosto do leitor estava voltado para leitura religiosa e moral. Com a mudança de gosto, o leitor ganhou novas características. No capítulo, *O público leitor e o surgimento do romance*, o teórico acrescenta que, novas atitudes e exigências de novos leitores surgiram associadas à posição da classe mercantil da época, muito influenciada pelo individualismo econômico e pela difusão do protestantismo. Nesse ambiente inovador, o romance ficcional teve diferentes reações da crítica e dos leitores. A crítica tradicional, formada por uma parcela dos intelectuais, identificava os malefícios físicos e intelectuais da leitura de romances. Os romances de Defoe e de Richardson “estavam bem a par dos novos interesses e aptidões do público leitor” (WATT, 1990, p.54).

Sabe-se que o surgimento do romance moderno, não foi somente um gênero que mimetizava os reflexos do individualismo econômico e social, abolindo o sistema antigo de regime: a monarquia absoluta e poder da igreja e a tradição cultural clássica. “O capitalismo suscitou um grande aumento da especialização econômica, conjugado com uma estrutura social menos rígida e homogênea e com um sistema político menos absolutista e mais democrático” (WATT, 1990, p. 56) fortaleceu a liberdade de escolha

de cada indivíduo. Ian Watt relaciona o aparecimento desse gênero literário ao crescimento da leitura e da mudança e organização do público leitor dos oitocentos.

Como aponta Ian Watt (1990) o romance se ascendeu no momento de grande intensidade econômica, política e cultural, juntamente com o avanço da urbanização e da alfabetização na Inglaterra do século XVIII. A princípio, o romance era uma forma literária voltada para o público leitor burguês. Entretanto, o romance tornou-se popular no país inglês com as publicações das obras de Daniel Defoe, pioneiro com *Robson Crusoe* (1719) e de Samuel Richardson que primeiramente se destacou como romance, *Pamela* (1740) e depois *Clarissa* (1748). Fielding fez sucesso com *Tom Jones* (1749) e Laurence Sterne com o seu *Tristy Sandy* (1760-1767) dentre outros romancistas.

Considerações finais

Depois da popularização do romance na Inglaterra, ele se propagou na França, na qual o romance se tornou um gênero dominante com o sucesso das obras de Bernardin Saint Pierre e Prévost, Sage, repercutindo em toda a sociedade francesa. As transformações no gosto e no pensamento do leitor foram notadas por esses autores, que buscaram atender as novas exigências literárias. No século XIX, Ian Watt diz que o gênero romance se destacou na sociedade leitora com os romancistas: Balzac, Gustav Flaubert que alcançou sucesso com a novela *Novembro* (1842), *Madame Bovary* (1857) considerado o escandalizador da época. Nesse momento de grande auge do romance e de seu reconhecimento, ler romances foi visto como algo maléfico, pois eles poderiam afetar à moral e o bom costume das famílias e da religião.

O mercado da cultura impressa é ampliado para atender o gosto de novos leitores, seja eles das camadas altas ou das camadas baixa. Novas habilidades de ler ressurgem de forma fragmentada. À leitura passou a ser feita de modo individual, solitária, silenciosa dentro e fora das escolas, dentro ou fora dos gabinetes de leitura. A nova figura do leitor adquiriu novas maneiras de ler. O leitor não é mais caracterizado como passivo dos textos lidos, ele além de ler diversos gêneros, também é visto pelos livreiros como um consumidor que passou a fazer exigências do que quer comprar e ler.

Com a expansão dos livros e a popularização da leitura ao longo do século XVIII e século XIX na Inglaterra, França, Espanha, os editores e livreiros queriam instaurar um mercado extenso e lucrativo que alcançasse os países europeus e os países do Novo Mundo. Em Portugal muitos livros foram censurados pelo poder Real português e pela Igreja que controlavam a leitura de livros considerados desaconselháveis, como por exemplo, os dos revolucionários franceses ou dos filósofos como Bacon, Galileu, Descartes ou Kant, prejudiciais à moral e à religião. Os livros subversivos estavam proibidos tanto na Metrópole como no Brasil Colônia. A formação do leitor e da promoção de leitura no Brasil aconteceu tardiamente por questões históricas, políticas e socioculturais.

Referências bibliográficas

ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil. São Paulo: Fapesp, 1999.

_____. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ABL) – Coleção História de Leitura. São Paulo: Fapesp, 2003.

CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. Paris, Ed. Du Seuil, 1997.

_____; _____. *História da leitura no mundo ocidental* Tradução de Fulvia Moretto, Guacira Machado e José Antônio Soares. São Paulo: Ática, 1998.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os Séculos XIV e XVIII*. Tradução de Mary del Priore. Brasília: Editora UNB, 1994.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*; tradução Reginaldo de Moraes. São Paulo – SP: Editora Unesp, 1999.

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Janeiro – RJ: Editora Bertrand Brasil, S.A, 1990.

_____. *Origens Culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

_____. *Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antônio Saborit*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

DARNTON, Robert. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. Tradução de Myriam Campello. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. Tradução de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 2.ed.rev. e amp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 1996.

_____; _____. *A leitura rarefeita: leitura e livro no Brasil*. 1 edição. São Paulo: Ática, 2002.

WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.